

Credor não receberá plano detalhado

SÃO PAULO — O Brasil não pretende apresentar nenhum plano de ajustamento econômico aos credores externos, que se limitarão a receber no máximo uma proposta para negociação da dívida. Foi o que afirmou ontem o assessor do Ministério da Fazenda para Questões de Dívida, Paulo Nogueira Baptista Jr., ao explicar que o programa econômico em estudos pelo Governo será destinado e debatido pela sociedade brasileira exclusivamente, restando aos banqueiros internacionais conhecer apenas uma política geral das metas brasileiras.

— Os banqueiros também não divulgam suas estratégias de negociação — justificou Nogueira, adiantando apenas que o programa de ajustamento prevê um sistema de financiamento interno e externo para o País poder crescer pelos próximos quatro anos, permitindo que, com as

duas fontes de recursos, a dependência dos créditos internacionais seja reduzida, mas não eliminada. No gueira, que ontem debateu a dívida externa com membros da Ordem dos Economistas de São Paulo, criticou o "alarme e a desinformação" que se criaram em torno da moratória dos juros decretada pelo Brasil, garantindo que a suspensão dos pagamentos visou unicamente a mudar o caráter da negociação e preservar o que restava de reservas cambiais ao País — hoje no nível de US\$ 3,9 bilhões —, e não um confronto com credores.

— O entrelaçamento dos banqueiros com o Brasil é tão forte, que nenhuma das partes tem interesse num conflito. Por isso apostamos numa boa renegociação nos próximos dias — acrescentou o economista, dizendo que a intenção do Brasil é modifi-

car o sistema de transferências maciças de divisas todos os anos, às custas de superávits grandiosos na balança comercial.

Outro debatedor, o ex-Presidente do Banco Central, Paulo Lyra, concorda em parte com esse pensamento, mas lembra que, qualquer que seja a solução, continuará havendo remessas de recursos. Por isso voltou a defender sua proposta, elaborada já em 1983, de o Brasil capitalizar os juros (incorporar ao principal) durante cinco anos e, nesse período, também deixar de tomar empréstimos externos. Durante esse espaço de tempo, o Brasil formaria sua poupança interna não só com os superávits comerciais, mas também com a atração de investimentos devido à alta dos juros domésticos, que seriam desvinculados dos externos. Segundo

Lyra, a partir do sexto ano seria possível começar a pagar o principal e os juros, podendo a dívida total ser liquidada em, no máximo, 20 anos.

— O problema atual do País é de liquidez, não de insolvência — disse Lyra, explicando que sugeria "um processo disciplinado de transferir recursos sem sacrificar o País". O conselheiro da Associação dos Exportadores Brasileiros Laerte Setúbal, também presente, defendeu maior velocidade nas desvalorizações cambiais, como forma de incentivar as vendas externas e trazer divisas ao País. Disse que, mesmo que o Governo adote a estratégia de reduzir o pagamento da dívida e os superávits comerciais, a desvalorização será necessária também para evitar a grande repatriação de recursos por parte das multinacionais ocorrida no ano passado.